



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Justiça  
para os devidos fins.

Em 05/12/16

Elisângela  
Conceição de Maria Lopes Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado JOÃO RODRIGUES  
para relatar.

Em 05/12/16

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça

**ESTADO DO PIAUÍ**

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA-CCJ**

Processo AL nº11987/16 Mensagem nº 81/GG- Vetar Parcialmente o Projeto de Lei que "Institui diferimento do Imposto de Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações que especifica, realizada por empresas com atuação nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Joel Rodrigues (PP)

ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - PARECER CCJ nº 37/16

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**1. 1. Relatório**

Processo AL nº11987/16 Mensagem nº 81/GG- Vetar Parcialmente o Projeto de Lei que "Institui diferimento do Imposto de Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações que especifica, realizada por empresas com atuação nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Em cumprimento às previsões definidas no Regimento da Assembleia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Processo AL nº11987 – Mensagem nº 81/GG.

com o seguinte parecer:

O art. 78 e §1º da Constituição Estadual estabelecem os regramentos para a apreciação do veto formalizado pelo Governador do Estado à Assembleia Legislativa.

O Projeto de Lei Dispõe sobre o diferimento do Imposto de Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações que especifica, realizada por empresas com atuação nas atividades de exploração e produção de petróleo

Em cumprimento às previsões definidas no Regimento da Assembleia Legislativa,

foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ),

Processo AL nº11987/16 Mensagem nº 81/GG- Vetar Parcialmente o Projeto de Lei que "Institui diferimento do Imposto de Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações que especifica, realizada por empresas com atuação nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

7

e gás natural.

A sugestão do veto parcial funda-se no entendimento de que o tratamento diferenciado concernente aos incentivos fiscais deve se dar por meio de veículo normativo infralegal, já que existindo legislação prevendo tratamento diferenciado, o decreto constitui-se no instrumento adequado.

Sem embargo, a Constituição Estadual prevê o dever de veto nos seguintes termos:

"Art. 78. omissis...

§1º O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

(...)

Éis o Relatório.

## II- VOTO DO RELATOR

O Deputado designado para funcionar na Relatoria vota pela manutenção do veto, em decorrência da constitucionalidade e legalidade das razões apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo e em face das conseqüentes inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público.

## III - Parecer da Comissão

A Comissão Permanente de Constituição e Justiça- CCJ, após discussão e

Éis o Parecer.

Éis o Parecer do Relator.

7

votação da matéria, delibera:

( ) Pelo acatamento do voto do Relator, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, e conforme a natureza de seus votos;

( ) Pela rejeição do Voto do Relator, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

SALA DAS COMISSÕES TEMÁTICAS, Teresina-PI, 14 de dezembro de 2016.

  
Deputado Joel Rodrigues-PP

Relator

